

# VISÕES PRECONCEITUOSAS E HOMOFÓBICAS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Francisco de Jesus Neves<sup>1</sup>  
Erika de Souza Batista<sup>2</sup>  
Gustavo Levandoski<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo verificou a existência de situações de preconceito percebido por estudantes do ensino médio, que resultaram em ações homofóbicas em escolas públicas, através de um questionário composto por 30 itens em escala Likert de 5 pontos, os participantes informaram qual o seu grau de concordância ou de discordância sobre o aspecto de homofobia. A amostra foi composta por 204 estudantes do ensino médio, matriculados na rede pública de ensino, no município de Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados demonstraram que o problema do preconceito, da homofobia e do bullying podem estar relacionados à questão da educação dos gêneros, e que, o desafio das escolas para a prevenção e combate ao bullying homofóbico é desconstruir a noção hegemônica da masculinidade e da heteronormatividade entre os adolescentes.

**Palavras-chave:** Bullying. Homofobia. Preconceito. Estudantes. Adolescente.

## PRECONCEIVED AND HOMOPHOBIC VIEWS OF HIGH SCHOOL STUDENTS

**Abstract:** The present study verified the existence of situations of prejudice perceived by high school students, which resulted in homophobic actions in public schools, through a questionnaire composed of 30 items in a Likert scale of 5 points, the participants reported their degree of agreement or disagreement about the aspect of homophobia. The sample was composed of 204 high school students, enrolled in the public school system, in the municipality of Naviraí, in the state of Mato Grosso do Sul. The results showed that the problem of prejudice, homophobia and bullying may be related to the issue of gender education, and that the challenge of schools to prevent and combat homophobic bullying is to deconstruct the hegemonic notion of masculinity and heteronormativity among adolescents

**Keywords:** Bullying. Homophobia. Preconception. Students. Teenager.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Grande Dourados ([francisco-neves@hotmail.com](mailto:francisco-neves@hotmail.com))

<sup>2</sup> Universidade Federal da Grande Dourados ([erika\\_4m20009@hotmail.com](mailto:erika_4m20009@hotmail.com))

<sup>3</sup> Universidade Federal da Grande Dourados ([glevandoski@gmail.com](mailto:glevandoski@gmail.com))

## INTRODUÇÃO

A preocupação com o preconceito e a violência dirigida aos homossexuais na educação brasileira torna-se urgente no início do ano 2000 com as pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a primeira pesquisa, intitulada “Perfil dos Professores Brasileiros”, contou com a participação de 5 mil professores da rede pública e privada, na ocasião, os dados revelaram que, para 59,7% dos professores entrevistados era inadmissível que uma pessoa tivesse relações homossexuais; 21,2% responderam que não gostariam de ter vizinhos homossexuais (ABRAMOVAY, 2004; OLIVEIRA; MORGADO, 2006).

A segunda pesquisa tinha como objetivo verificar a compreensão dos professores acerca da homofobia no contexto escolar no ensino fundamental e médio, e contou com a participação de 13 capitais e o Distrito Federal. Nessa pesquisa, constatou-se que, 30,5% dos professores de Belém e 47,9% de Vitória não sabiam como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula; outro dado que chamou atenção foi o fato de 20% dos professores de Manaus e Fortaleza responderem que a homossexualidade é uma doença; Belém, Recife e Salvador tiveram porcentagens mais baixas, 12%, enquanto que, Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia tiveram 17% de concordância (ABRAMOVAY, 2004)

A pesquisa também revelou índices elevados de intolerância ao convívio com colegas homossexuais, ou seja, 33,5% dos estudantes do sexo masculino de Belém, 42% do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza, e 44% em Maceió e Vitória, responderam que não gostariam de ter colegas de classe homossexuais.

As pesquisas citadas revelaram que, o preconceito contra os estudantes LGBT, a homofobia e o bullying, temas do presente estudo, sempre existiram no ambiente escolar, de forma aberta ou velada, em escala maior ou menor. A homofobia é definida como sendo um medo irracional da homossexualidade/homossexuais, incluindo, opressão premeditada, discriminação, assédio moral e violência física; também se refere a atitudes e comportamentos negativos de medo ou de ódio contra gays, lésbicas e transgêneros (PEDROSA, 2006; FAZZANO & GALLO, 2015)

No contexto escolar, devido a sua reincidência, a opressão premeditada, a discriminação, o assédio moral e violência física se configuram como bullying homofóbico, que se manifesta através de palavras, gestos, ou agressões físicas, por meio da qual, o agressor inferioriza, ridiculariza e difama a vítima, fazendo



piadas relacionadas ao sexo, a orientação sexual e/ou identidade de gênero da vítima. O emprego do bullying homofóbico nessas situações tem como objetivo remover do ambiente escolar o comportamento “homossexual” (PEDROSA, 2006; NEVES; PEDROSA, 2014)

O bullying homofóbico afeta a todos, independentemente da orientação sexual (DEPALMA; JENNETT, 2010), pois também é dirigido àqueles que não se definiram como homossexuais, o que reforça ainda mais a cultura sexual machista e heteronormativa, e acena para a importância de se trabalhar temas como diversidade sexual e gênero nas escolas, possibilitando os alunos discutirem sobre respeito às diferenças.

Sendo práticas de exclusão, a homofobia e o bullying se reproduzem no ambiente escolar, refletindo tanto nas práticas lúdicas (brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas), quanto nos livros didáticos. A aceitação da homossexualidade no espaço escolar está longe do ideal, o preconceito contra homossexuais está enraizado na nossa sociedade, transmitido de pais para filhos, de geração em geração; as crianças são criadas para desenvolver um repúdio a homossexualidade ou qualquer outro tipo de diferença que foge a norma (VIANNA; DINIZ, 2008).

Castañeda (2007, p. 91), enfatiza que todas as crianças são criadas por seus pais a partir de um modelo heterossexista, que as fazem crer que um dia irão se casar e formar uma família: “[...] é o que lhes repetem incansavelmente seus pais, a escola, a cultura e a sociedade em geral”. Há falta de reflexão sobre gêneros e sexualidades nas escolas, para além do binarismo (homem/mulher) e da heteronormatividade, favorece que a homofobia se manifeste, muitas vezes, indiretamente (TEIXEIRA FILHO; RONDINI; BESSA, 2011).

Teixeira filho, Rondini e Bessa (2011) ressaltam que na atualidade, um dos objetivos centrais da educação é a formação de cidadãos, o que implica dizer que, as escolas devem buscar a equidade e o respeito entre as pessoas, não tratando apenas de questões pedagógicas, mas, sobretudo políticas. Infelizmente, na maioria dos casos, as escolas se calam diante das situações de homofobia, levantando-se a hipótese de serem complacentes as manifestações de violência homofóbica.

O enfrentamento a homofobia como uma questão política vem sendo feito desde os anos 2000 quando, a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal lançou o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania



Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de estudantes LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (BRASIL, 2004)

O Programa trouxe no seu cerne, a compreensão de que a democracia não pode prescindir do pluralismo e de políticas de equidade e que, para isso, é indispensável interromper a longa seqüência de cumplicidade e indiferença em relação à homofobia e promover o reconhecimento da diversidade sexual e da pluralidade de identidade de gênero, garantindo e promovendo a cidadania de todos/as (BRASIL, 2004; JUNQUEIRA, 2009).

Para cumprimento dos objetivos, o Programa foi constituído de ações voltadas para: a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT (BRASIL, 2004)

Ao longo de quase duas décadas, esforços vêm sendo realizados no combate e enfrentamento a homofobia, no entanto, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, ano 2015, realizada com 1.016 estudantes com idade entre 13 e 21 anos (ABGLT, 2016), relevou que 60% dos adolescentes se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual, 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero.

Os achados da pesquisa brasileira corroboram com uma pesquisa norte-americana. Segundo Poteat et al. (2011) os adolescentes vítimas de violência homofóbica recebem pouca ou quase nenhuma defesa por parte da escola, muitas das vezes são culpados pelas ofensas e violência recebida e se sentem desamparados, desvalorizados e vulneráveis, nesse grupo, a vitimização por bullying homofóbico têm diferentes efeitos sobre a probabilidade de suicídio e elevados índices de abandono escolar.

Teixeira Filho e Rondini (2012) ao investigar adolescentes, buscaram conhecer as associações entre orientação sexual, ideações e tentativas de suicídio, e comprovou os resultados da literatura internacionais, verificando que

os homossexuais têm mais chances de pensarem e tentarem suicídio se comparados aos heterossexuais.



Em um estudo realizado através do questionário socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre os anos de 2004 e 2008, a partir da análise da associação entre a homofobia e a percepção dos estudantes sobre sua educação no ensino médio, os resultados indicaram que, os estudantes que não relataram ter sido alvos da discriminação homofóbica avaliaram sua experiência escolar de forma mais positiva comparado aos alunos que sofreram discriminação (ASINELLI-LUZ; CUNHA, 2011).

Esses dados aumentam ainda mais a importância que a escola tem no processo de conscientização, orientação e instrumentalização dos corpos da criança e do adolescente, a escola ao determinar os sujeitos por classe social, sexo e etnia, contribui para reproduzir as diferenças, não contemplando a inclusão e a diversidade sexual.

Visando que, as escolas não estão preparadas para controlar a violência dirigida aos homossexuais e aos percebidos como diferentes das expectativas tradicionais dos papéis de gênero, e que os alunos jamais estarão preparados para não serem preconceituosos, o presente estudo pretende investigar a ocorrência de situações de preconceito e violência aos homossexuais nas escolas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é classificada como descritiva, porque pretende descrever particularidades de uma determinada população ou fenômeno (GIL, 2008). O objetivo deste estudo foi verificar a existência de situações de preconceito percebido por estudantes do ensino médio.

A amostra contou com a participação de 204 alunos do ensino médio, escolhidos por acessibilidade, matriculados em escolas públicas do município de Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul. O instrumento de pesquisa foi um questionário sobre concepções homofóbicas proposto por Rondini, Teixeira Filho e Toledo (2017), composto por 30 itens em escala Likert de 5 pontos, onde os participantes informaram qual o seu grau de concordância ou de discordância sobre o aspecto de homofobia. A consistência interna informada pelos autores é de 0,82 através do Alpha de Cronbach.

Neste estudo foram utilizadas apenas as questões: (P1- Homossexuais são uma ameaça para a sociedades; P5- Uma mulher se torna lésbica porque foi mal-amada pelos homens; P6- A homossexualidade é um desvio e deve ser curada; P7- As travestis são pessoas doentes mentais que precisam de auxílio psiquiátrico ou psicológico; P10- A homossexualidade é tão ‘normal’ quanto a hetero e/ou a bissexualidade; P11- Conviver com uma pessoa homossexual pode influenciar outra pessoa a se tornar homossexual; P16- Eu apoio quando impedem que as travestis entrem na escola vestidas como mulher; P18- Eu aceito ter um amigo gay desde que ele não tenha traços feminino; P19- Eu aceito ter uma amiga lésbica desde que ela não tenha traços masculinos; P30- Sou contra a ideia de gays e lésbicas viverem juntos) enquanto variável dependente. Além do questionário foi utilizado como variável independente a pergunta, (Qual sua orientação sexual? homossexual, heterossexual ou bissexual) para categorizar a concepção homofóbica, diante a preferência afetiva.

Realizou-se estatística descritiva para indicar o percentual de frequência relativa, utilizando o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS, versão 18.0). Não houve conflito de interesse entre os pesquisadores, já que todos estudam sobre os efeitos da homofobia e do bullying nos vários níveis de ensino; pesquisar entre os escolares do ensino médio é relevante, na medida em que, contribui para elaborar estratégias de prevenção e combate para essa população. O estudo seguiu as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados.

## RESULTADOS

Os resultados obtidos são oriundos de uma escola da rede pública de ensino Estadual da cidade de Naviraí/MS, que apresenta uma população de aproximadamente 204 alunos matriculados, com idades variando entre 14 a 20 anos. Seu funcionamento é integral e tem em sua composição somente alunos do ensino médio, está situada no centro da cidade e atende alunos de vários bairros, dando uma diversidade na amostra.

A caracterização dos participantes indicou que 49,5% são estudantes do 1º ano do ensino médio, 66,2% pertencem a religião católica, 51% são filhos de pais separados, 8,3% se declararam como fumantes, 49% já tiveram sua primeira relação sexual e deste total 39% descreveram não utilizar preservativo.

Atualmente 51% estão namorando ou “ficando” com alguém sendo que deste total 42,3% mantêm este relacionamento entre 2 e 6 meses e 47,4% estão em um relacionamento a mais de 7 meses.

Em relação as atividades que mais gosta de realizar nos finais de semanas e em seus períodos de lazer, verificou-se que 71,4% adotam hábitos sedentários tais como, ler, dormir, assistir tv, ficar com a família, mexer no celular e jogar videogame, contudo, 56,9% responderam que caminham a pé para ir à escola, sendo este o meio de transporte. No que se refere a prática de atividade física moderada ou intensa, com uma duração diária de 30 minutos, 53,7% afirmam não realizar (sem contar as aulas de educação física). Em relação ao índice de massa corporal (IMC) 81,7%, normal em relação a peso e altura.

Na Tabela 1 são apresentados a frequência de respostas das questões contidas no questionário utilizado com os alunos pesquisados neste estudo. Através da tabela percebe-se, na primeira pergunta, a qual se refere aos homossexuais como uma ameaça à sociedade que, 9,8% dos alunos heterossexuais responderam concordar, demonstrando que ainda hoje se encontra entre os adolescentes rejeição à livre orientação sexual, sendo o “homossexualismo” entendido como uma prática antinatural, incapaz de procriar, clandestina, pecaminosa e perversa, e os homossexuais como pessoas doentes mentais que devem ser tratadas e “curadas” (PEDROSA, 2006).

**Tabela 1.** Frequência relativa das questões do questionário em relação aos tipos de orientação sexual entre os estudantes de ensino médio.

	Homossexual (n= 10)		Heterossexual (n= 175)		Bissexual (n= 19)	
	Discor- do	Con- cordo	Discor- do	Con- cordo	Discor- do	Con- cordo
P1- Homossexuais são uma ameaça para a sociedade	100%	-	90,2%	9,8%	100%	-
P5- Uma mulher se torna lésbica porque foi mal-amada pelos homens	80%	20%	79,9%	20,1%	84,2%	15,8%
P6- A homossexualidade é um desvio e deve ser curada	100%	-	82,2%	17,8%	100%	-

	Homossexual (n= 10)		Heterossexual (n= 175)		Bissexual (n= 19)	
	Discor- do	Con- cordo	Discor- do	Con- cordo	Discor- do	Con- cordo
P7- As travestis são pessoas doentes mentais que precisam de auxílio psiquiátrico ou psicológico	100%	-	80,4%	19,5%	89,5%	10,5%
P10- A homossexualidade é tão 'normal' quanto a hetero e/ou a bissexualidade	20%	80%	33,9%	66%	10,5%	89,5%
P11- Conviver com uma pessoa homossexual pode influenciar outra pessoa a se tornar homossexual	70%	30%	69,9%	30%	73,7%	26,3%
P16- Eu apoio quando impedem que as travestis entrem na escola vestidas como mulher	90%	10%	69,5%	30,5%	84,2%	15,8%
P18- Eu aceito ter um amigo gay desde que ele não tenha trejeitos feminino	70%	30%	78,7%	21,2%	89,5%	10,5%
P19- Eu aceito ter uma amiga lésbica desde que ela não tenha trejeitos masculinos	80%	20%	80,5%	19,4%	100%	-
P30- Sou contra a ideia de gays e lésbicas viverem juntos	90%	10%	88,5%	11,4%	78,9%	21%

Costa (1992) propõe que venhamos a substituir o termo homossexualismo e homossexualidade pelo termo homoerotismo, pois abrange melhor a pluralidade das diversas práticas e desejos entre os indivíduos do mesmo sexo, evitando, assim, alusões à anomalia, à perversão ou ao desvio.

Na segunda pergunta analisada, 37,6% dos alunos acham que uma mulher se torna lésbica porque foi mal-amada pelos homens, percebe-se nesse percentual de resposta, uma visão machista e sexista de objetificação sexual da mulher, que vê na experiência sexual “bem-sucedida” com o sexo oposto, a possibilidade de reversão de orientação sexual.

Para 17,8% dos estudantes a homossexualidade é um problema que deve ser curado, desconhecendo que desde de 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM IV), e deixou de considerar uma doença (NEVES; PEDROSA, 2014).

O Conselho Federal de Medicina do Brasil em 1985 e a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1991, também, deixaram de considerar a homossexualidade uma doença. Seguindo os mesmos passos da Associação Americana de Psiquiatria e da OMS (NEVES & PEDROSA, 2014), o Conselho Federal de Psicologia, em 1999 publicou a Resolução n. 001 (1999, p.2), estabelecendo normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. A resolução prevê que, “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.”

As análises dos dados seguem demonstrando que, maiores são os números dos que afirmam que as travestis são pessoas doentes mentais que precisam de auxílio psiquiátrico ou psicológico, chegando a 30%, evidenciando que o preconceito aos LGBT se agravam quando no caso são travestis, pois elas são as que mais subvertem a lógica heteronormativa, ou seja, é permitido ter uma orientação sexual que não a heterossexual, o que não é permitido é misturar os papéis de gênero. Nesse contexto, os homossexuais cisgênero e as lésbicas cisgênero são socialmente aceitos, estando em concordância com o sexo e a identidade de gênero designados no nascimento.

Cumprir registrar que, a transexualidade não é mais classificada como doença. Em julho de 2018, a Organização Mundial da Saúde, lançou uma nova edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) e, nela, a transexualidade, até então entendida como "transtorno de identidade de gênero", deixa de ser uma "doença mental", contudo, continua incluída no catálogo como "incongruência de gênero". (OMS, 2018).

No mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução n. 1 (2018, p.2) estabelecendo normas de atuação para as psicólogas e os



psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Dessa forma “as psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.”

Ainda em relação as travestis, 71,5% dos estudantes apoiam quando o assunto é impedir que as mesmas entrem na escola vestidas como mulher, ou seja, a sua expressão de gênero, forma como elas se apresentam, sua aparência e seu comportamento não estão em acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero (JESUS, 2012), por este motivo, a convivência dos travestis no ambiente escolar estar marcada com fortes traços de preconceitos, e maiores são as taxas de evasão escolar desse grupo.

O preconceito e a discriminação a essa população perpassa os muros escolares, foi o que constou Muller e Knauth (2008) ao estudar os sentimentos e as dificuldades enfrentadas pelas travestis para terem acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). A partir das observações e dos depoimentos colhidos, relevou-se 10 elementos centrais para se compreender os sentimentos das travestis em relação ao tratamento recebido nos serviços de saúde: 1) linguagem, 2) o corpo, 3) situação de discriminação, 4) hospitalização, 5) serviços de saúde, 6) medicações, 7) HIV/Aids, 8) preconceito, 9) estratégias para lidar com o preconceito e, 10) violência simbólica e física.

Ao analisar os 10 elementos, os autores verificaram que às circunstâncias dos mesmos determinavam a qualidade do atendimento, assim como, os sentimentos das travestis que buscam o Sistema Único de Saúde.

Os resultados denunciam a necessidade de se qualificar os profissionais de saúde para um atendimento e acolhimento humanizado a essa população que, por vezes, passam (NUNAN, 2003) a ser enquadradas como delinquentes, anormais, juntamente com homicidas, doentes mentais, criminosos etc., ou seja, a conduta não normativa representa uma subversão moral da sociedade burguesa.

Nossos achados seguem corroborando com as pesquisas de Muller e Knauth (2008) ao relevar que 68,6% dos participantes responderam que os LGBT não são pessoas normais como os heterossexuais. Cerca de 30% dos estudantes responderam que conviver com um homossexual influencia outras pessoas a se tornarem também homossexuais, de acordo com as regras sociais,

andar com um “gay” deixa bem claro que você também é, criando uma barreira ainda maior na relação entre heterossexuais e homossexuais.

t

Cerca de 82,3% dos estudantes não aceitaria ter uma amiga lésbica, e 79,4% não aceitariam ter amigos gays, desde que eles não tenham trejeitos femininos, dessa porcentagem, 30% são homossexuais, e 10,5% bissexual, demonstrando que o preconceito existe também entre os próprios LGBT, contra aqueles que são mais afeminados, muitos sentem dificuldade de aceitarem os estereótipos do outro, será que isso também não seria uma falta de respeito ao jeito particular de cada um? Há, ainda, os gays que não gostam das lésbicas, especificamente das masculinizadas, assim como, existem heteros que acreditam que, a masculinidade seria um atributo somente do homem e que as mulheres devem ser femininas, os dados da pesquisa deixam claro essa opinião, onde 19,4% dos heteros não aceitam ter amizade com lésbicas com trejeitos masculinos e 20% dos homossexuais tem essa mesma opinião.

Os papéis de gênero se confundem aqui com os papéis sexuais e, por isso, é tão difícil pensar em um homem com trejeitos “tipicamente femininos” ou em uma mulher “masculinizada” que sejam heterossexuais (FREIRE; CARDINALI, 2012). Assim, os jovens que apresentam comportamentos estereotipados, os quais são classificados como feminilizados e/ou masculinizados: modo de andar, sentar, correr, linguajar, corte de cabelo, roupas, entre outros, são os mais excluídos do convívio social (NEVES; PEDROSA, 2014).

Outro achado que chamou atenção foi o fato de, 12,7% dos estudantes serem contra a “gays” e lésbicas viverem juntos, sendo que dessa porcentagem mais de 20% dos bissexuais, também são contra, muitos alegam valores morais para justificar tais opiniões, fundamentando a rejeição a partir de religiões de tradição judaico-cristã. O ponto central que une a concepção das religiões, com relação à homossexualidade, é o dogma de que a homossexualidade é transitória, antinatural e não promove a vida a partir da reprodução e, por isso, é incapaz de se enquadrar nos padrões de normalidade construídos pela sociedade (PEDROSA, 2006).

Desde que assumem a sua sexualidade, os homossexuais convivem com a rejeição, e o medo dos falsos valores morais, sendo taxados ainda de doentes mentais ou até mesmo criminosos. A homofobia e seus efeitos sobre suas vítimas, inclui, também, perda de autoestima, autoconfiança, retraimento, sentimento de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer

interações sociais com estranhos, levando em alguns casos às tentativas de suicídio (NEVES; PEDROSA, 2014).

Entretanto, Ceará e Dalgalarrodo (2010) relatam que há casos de boa aceitação da orientação homossexual por pessoas com idades acima de 50 anos. Ou seja, indivíduos com orientação homossexual estudados na maturidade e na velhice apresentaram melhor qualidade de vida social que os indivíduos heterossexuais da mesma faixa etária.

## DISCUSSÃO

Os resultados corroboram com a literatura que aborda os aspectos destrutivos da homofobia internalizada (GOYER; BLAIS; HÉBERT, 2015; NUNAN, 2007), e confirma a importância de continuar à luta contra a LGBTfobia, a fim de ajudar os adolescentes de minorias sexuais na consolidação de sua identidade sexual. Os homossexuais com preconceito internalizado podem, por exemplo, agredir verbalmente outras pessoas com comentários hostis, ser extremamente argumentativos e confrontativos, distanciar-se com raiva de contatos sociais ou constantemente questionar tudo e todos.

As estratégias são as mais variadas na ocultação da identidade, homo/bifobia internalizada, preocupação e aceitação, incerteza e dificuldade no processo de identidade sexual, preocupações sobre o julgamento dos outros, dificuldade de aceitação, há casos em que indivíduos tentam, abertamente, provocar as pessoas à sua volta, exibindo sua orientação sexual em situações nas quais ela não é relevante, ou comportando-se de forma extremamente estereotipada e efeminada, com a intenção de agredir e chocar e não porque, de fato, se sente confortável com sua orientação sexual (GOYER; BLAIS; HÉBERT, 2015).

As respostas dos estudantes homossexuais/bissexuais demonstraram uma fonte valiosa de informação, ou seja, não apenas sobre o fenômeno do preconceito internalizado, mas, também com relação ao processo de aquisição de uma identidade LGBT e a forma como esta é afetada pelo forte preconceito institucionalizado existente na nossa sociedade.

O cenário evidencia a ausência da Educação Sexual enquanto política pública no campo da educação brasileira, e a necessidade de relacionar as formas de preconceitos sexual/homofobia internalizada existentes no cotidiano escolar com os desenvolvimentos teóricos do campo de estudos de gênero e sexualidade, considerando que as instituições escola, família, religião, dentre



outras, constitui-se espaços de produção, reprodução e validação de um conjunto de dispositivos (crenças, valores, imagens e pressupostos profundamente enraizados) por meio dos quais a heterossexualidade é instituída como única possibilidade legítima de expressão de sexualidade e gênero (NEVES; PEDROSA, 2014).

Nesses espaços, a maioria dos estudantes homossexuais não conseguem se sentir seguros, na escola, por exemplo, professores, gestores, assessores, pedagogos, família e comunidade não estão despreparados para auxiliá-los em situações de violência, além disso, a escola está limitada a construir alunos “normais”, como ser heterossexual seja a única forma natural de orientação sexual, assim, qualquer um que esteja fora dessa normalidade é condenado e sofrer discriminação no ambiente escolar, espaço que deveria ser exemplo de respeito às diferenças e interações sociais.

O contexto escolar negligencia a orientação sexual e as identidades de gênero não normativas como um fator motivacional para ocorrência do bullying e da homofobia. A escola é um ambiente totalmente propício e favorável para a ocorrência do bullying homofóbico, pois se constitui um espaço rico em relações sociais, norteador por valores e crenças intrínsecos nas atitudes dos adolescentes uns com os outros, entre eles e os professores e nos grupos dos quais fazem parte, por essa razão, merece a devida atenção no que tange às políticas de combate e prevenção as diversas modalidades de bullying e homofobia (SILVA; BARRETO, 2012)

Diante disso, é fundamental que a família, a escola, a sociedade e as pessoas, desde as mais pequeninas sejam, exaustivamente, educadas sobre o que venha a ser orientação homossexual, o que é uma pessoa homossexual. Educar a família e a escola é ainda mais importante, porque o potencial que eles têm em torna a vida dos adolescentes emocionalmente miserável é muito alto (NEVES; PEDROSA, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa foi investigar a ocorrência de situações de preconceito e violência que estariam presentes nas opiniões dos adolescentes, sem que, para isso, fosse necessário entrevistá-los, foi dado a eles a chance de escolherem, concordar ou discordar total ou parcialmente com as afirmações que, em sua grande maioria, traziam opiniões explicitamente homofóbicas.

Os resultados demonstraram que o problema do preconceito, da homofobia e do bullying podem estar relacionados à questão da educação dos gêneros, e que, o desafio das escolas para a prevenção e combate ao bullying homofóbico é desconstruir a noção hegemônica da masculinidade e da heteronormatividade entre os adolescentes. Na atualidade, as escolas vêm avançando em assuntos relacionados à discriminação racial, gravidez na adolescência entre outros, mas quando o assunto em questão é a homossexualidade no ambiente escolar, os professores, os pais e até mesmo os alunos estão despreparados para lidar com o tema.

O ambiente escolar, lamentavelmente, ainda se configura um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual existe um quadro de violência a que estão submetidos milhares de adolescentes LGBT - muitos/as dos/as muitos destes vivem, de maneiras distintas, situações delicadas de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, autoaversão, e tudo isso ocorre com a participação e omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009).

Os estudantes LGBT veem-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificastes - poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação. É nessa pedagogia que estudantes aprendem a mover as alavancas sociais da hostilidade contra a homossexualidade antes mesmo de terem a mais vaga noção quanto ao que elas se referem (SULLIVAN, 1997/1995).

Nesse cenário, a homofobia é legitimada pela lógica heteronormativa e adquire nítidos contornos institucionais, tornando indispensáveis pesquisas que permitam conhecer a fundo as dinâmicas de sua produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas dos escolares.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Preconceitos e Discriminações: O Caso da Homofobia In: ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. p. 277-296.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB

e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 7-12.

ASINELLI-LUZ, A.; CUNHA, J. M. Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008. *Educar em Revista*, v. 27, n. 39, p. 87-102, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT, 2016. p. 18-19.

CASTAÑEDA, M. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa, 2007.

CEARÁ, A.; DALGALARRONDO, P. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice Mental disorders, quality of life and identity in middle-age and older homosexual adults. *Archives of Clinical Psychiatry*, v. 37, n. 3, p. 118-123, 2010.

COSTA, J. F. *A inocência e o vício: estudos sobre o homerotismo*. Relume Dumará, 1992.

DEPALMA, R.; JENNETT, M. Homophobia, transphobia and culture: Deconstructing heteronormativity in English primary schools. *Intercultural Education*, v. 21, n. 1, p. 15-26, 2010.

FREIRE, L; CARDINALI, D. Ou ódio atrás das notas: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. *Sexualidade, Saúde e Sociedade - Revista Latinoamericana*, n. 12, 2012..

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.). São Paulo: Atlas, 2008

GOYER, M. F.; BLAIS, M; HÉBERT, M. Homophobia, coping strategies, and sexual identity formation among LGBT youths. *Fractal: revista de psicologia*, v. 27, n. 3, p. 187-194, 2015.

JESUS, J. G. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In R. D. Junqueira. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, pp.13-37.

MULLER, M. I.; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. *Cadernos Ebape. br*, v. 6, n. 2, p. 1-14, 2008.

NEVES, F. J.; PEDROSA, J. B. Coerção nas interações parentais: considerações sobre a formação do repertório comportamental social de homossexuais. In: Rodrigues Jr, O. M. *Terapia da Sexualidade - Vol. 2 - Temas-base para atuação*. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2014. Cap.8, p. 185-204.

NUNAN, A. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003

\_\_\_\_\_ A. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 47-67, 2007.

OLIVEIRA, M. R. A.; MORGADO, M. A. Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar. *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, v. 29, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *ICD-11: Classifying disease to map the way we live and die coding disease and death*, 2018

PEDROSA, J. B. *Segundo desejo*. São Paulo - SP: IGLU, 2006

POTEAT, V. P. et al. The effects of general and homophobic victimization on adolescents' psychosocial and educational concerns: The importance of intersecting identities and parent support. *Journal of counseling psychology*, v. 58, n. 4, p. 597, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Resolução CFP n. 1/18*, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). *Resolução CNS n. 466/12*, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Resolução CFP n. 001/99*, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.

SULLIVAN, A. *Praticamente normal*: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Obra Original Publicada em 1995).

RONDINI, C. A.; TEIXEIRA FILHO, F. S.; TOLEDO, L. G. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Psicologia USP**, v. 28, n. 1, p. 57-71, 2017.

SILVA, J. P., BARRETO, N. S. Violência escolar: problematizando a relação entre o bullying e a homofobia. **Revista Fórum Identidades**, 2012.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A.; BESSA, J. C. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 725-741, 2011.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 651-667, 2012.

VIANNA, C. P.; DINIZ, D. Em foco: homofobia nos livros didáticos, um desafio ao silêncio. **Psicologia Política**, v. 8, n. 16, 2008.

*Recebido em 26/11/2018*

*Aprovado em 22/04/2019*